



Anais da Assembléia

Nº 114

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 97.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 1989
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2852

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de

Urgência aos seguintes Projetos:

- de Lei Complementar nº 371/89, oriundo da Mensagem nº 114/89, que dispõe sobre modificações na carreira de Procurador do Estado;

- de Lei Complementar nº 372/89, oriundo da Mensagem nº 111/89, que dispõe sobre os vencimentos dos integrantes da Polícia Civil;

- de Lei Complementar nº 374/89, oriundo da Mensagem nº 112/89, que objetiva fixar o soldo do posto de Coronel da P.M. e dá outras providências;

- de lei nº 373/89, oriundo da Mensagem nº 113/89, que dispõe sobre modificações na carreira de Delegado de Polícia.

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 2853

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Lei nºs 364/89 e 379/89, que, respectivamente, alteram os quadros de pessoal da Procuradoria Geral do Estado e do Tribunal de Justiça; REQUER, ainda, a Constituição desta Assembléia em Comissão Geral, para no próximo dia 11, segunda-feira, durante a sessão plenária, emitir pareceres sobre os projetos de lei em tela.

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO Nº 2868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia de 11/12/89 do Projeto de Lei nº 090/88, de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo a reduzir para 20 horas semanais a jornada de trabalho do servidor público estadual legalmente responsável por excepcional em tratamento especializado. O referido projeto de lei passou por todos os trâmites regimentais exigidos e encontra-se em Regime de Urgência, protocolado sob o Nº 3312/88 aprovado em 10/05/88.

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO Nº 2849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução

n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 2851

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia por 2 (duas) sessões, o Projeto de Lei n° 298/89.

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Por tratar-se de um assunto de real importância e envolvimento de diversos segmentos da área econômica, industrial, tecnológica e produtiva do nosso Estado, o referido projeto de lei deverá sofrer um exame mais "apurado" pela Comissão de Economia desta Casa.

REQUERIMENTO N° 2874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 298/89, por 03 sessões.

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 2875

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, a retirada do Projeto de Lei n° 185/89, da Ordem do Dia da presente sessão, em razão do mesmo contrariar dispositivos das Constituições Federal e Estadual: Art. 2° e 61 da Constituição Federal, e 66 da estadual, entre outros.

Requer, ainda, que o mesmo projeto de lei retorne à Comissão de Constituição e Justiça para que esta se manifeste a respeito.

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO N° 2857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Coronel Manoel Dias Paredes, ocorrido nesta capital em 3 de dezembro de 1989.

Requer, ainda, que do presente se dê

Curitiba, quinta, em 07.12.89

ciência aos familiares do falecido, através de correspondência desta Casa:

- Heloína Santos Paredes (esposa)

Rua Mato Grosso, 314 - Água Verde

Curitiba - PR

- Manoel Dias Paredes Filho (filho)

Rua Mons. Manoel Vicente, 544 - ap. 503

Curitiba - PR

- Ubirajara Dias Paredes (filho)

A/C Corpo de Bombeiros - Rua Bartolomeu Gusmão, 1031

85.890 - Foz do Iguaçu - PR

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Cel. Manoel Dias Paredes deixa um profundo vazio em toda a hoste da família policial militar do Paraná, corporação da qual foi um dos mais notáveis comandantes e onde era bastante conhecido e respeitado até os dias de hoje.

REQUERIMENTO N° 2850

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de saudades ao inesquecível Presidente JOÃO GOULART pela passagem do seu 13° aniversário de falecimento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família GOULART, por intermédio da viúva D. MARIA TEREZA GOULART.

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O povo brasileiro lembra com muita emoção o Presidente JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART.

Há treze anos o choro e o espanto tomaram conta de todo o país com a notícia do falecimento daquele grande homem público.

Toda a existência do Presidente Jango foi vivida sob o selo da humildade.

Ao se falar do Presidente João Goulart, que atingiu as culminâncias deste País, tem-se que julgá-lo fora dos padrões comuns, abstrair simpatias ou malquerenças, e encará-lo como algo de excepcional, como símbolo duma era que, se não foi das mais brilhantes historicamente, permitiu pelo menos a adoção no Brasil de práticas sociais e a passagem do capitalismo liberal para o estágio em que é controlado e vigiado pelo Estado, em benefício do bem comum.

Sua preocupação foi sempre voltada para o povo, especialmente com os mais humildes.

Lembramos hoje, com bastante humildade e saudades o falecimento do ex-Presidente JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART.

REQUERIMENTO N° 2854

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pelo 37° aniversário do Município de Jandaia do Sul, que se comemora em 14 de dezembro de 1989.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- José Rodrigues Borba
Prefeito Municipal
Praça Café, s/n
86.900 - Jandaia do Sul - PR
- Ramiro Marques Moleiro
Presidente da Câmara Municipal
Praça Café, s/n
86.900 - Jandaia do Sul - PR

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pelo 34° aniversário do Município de Manoel Ribas, que se comemora em 09 de janeiro de 1990.

Requer, ainda que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- Geraldo Bernswiller
Prefeito Municipal
Av. Brasil, 1101
85.260 - Manoel Ribas - PR
- Dorvalino Meurer
Pres. da Câmara Municipal
Av. Brasil, 1101
85.260 - Manoel Ribas - PR

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pelo 37° aniversário do Município de Marilândia do Sul, que se comemora em 14 de dezembro de 1989.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- Sr. Jaime Rossi
Prefeito Municipal
Rua 3 de Outubro, s/n
86.825 - Marilândia do Sul - PR
- José Roque Bonin Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal
Rua 3 de Outubro, s/n
86.825 - Marilândia do Sul - PR

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão, votos de congratulações e manifestações de regozijo pela data de 08 de dezembro em curso, em que o promissor Município de IPIRANGA comemora o transcurso do seu 95° aniversário de emancipação político-administrativa, expressões essas atribuídas aos Excelentíssimos Senhores, José Ivo Scheifer, Prefeito Municipal; ao Vereador Mario Diorgenis Canteri, Presidente da Câmara Municipal; ao Dr. Laertes Ferreira Gomes, Juiz de Direito daquela Comarca, Dr. Cid Raymundo Loyola Junior, Promotor de Justiça e demais autoridades representativas.

O evento que ensejará, entre outras programações de cunho cívico, religioso e cultural, a implantação de obras e respectivas assinaturas de documentos de interesse do Município por Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, contará também, com a presença de vultos dos mais diversos segmentos da sociedade paranaense.

Da decisão do Plenário, REQUER, ainda, seja dada ciência às seguintes autoridades.

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) DJAIMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

Diante dessa significativa data, compartilhando o júbilo com que a comunidade ipiranguense a comemora, não poderia este Parlamentar deixar de registrar a sua homenagem a Ipiranga, traduzindo, por extensão, o reconhecimento e gratidão de todos nós paranaenses pela relevante contribuição que esse promissor Município tem dado ao Estado.

Sua História, pela riqueza de fatos, confunde-se a própria história do Paraná, e da qual gostaríamos de transcrever uma síntese.

"Depois de Curitiba, a Região dos Campos Gerais, situada no 3° Planalto do Paraná, foi a segunda zona a ser descoberta e povoada.

Quando Diogo Pinto de Azevedo Portugal, por incumbência do Governador Geral da Capitania de São Paulo, partiu em 1809 para proceder à conquista dos Campos de Guarapuava, recém-descobertos, a zona ainda se encontrava inteiramente em poder de numerosas tribos indígenas.

E, foi de Ponta Grossa que por volta de 1850, partiu a primeira expedição que atingiria o território do atual Município de IPIRANGA. A fundação de Ipiranga, foi obra do português Joaquim Teixeira Duarte que veio ao Paraná em 1843, no mesmo vagão que conduzia o primeiro Presidente da Província, Conselheiro Zacarias Goes de Vas-

concellos.

Joaquim Teixeira Duarte chegou à localidade no ano de 1866, fixando residência e iniciando a fundação de um povoado. No mesmo ano deu início à construção do cemitério, o que indica que na localidade já existia um número considerável de moradores.

No ano de 1867 inicia-se a construção da 1.ª capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, Padroeira e Protetora do Município, que mais tarde foi substituída por uma nova igreja.

Com a chegada dos primeiros emigrantes europeus, Ipiranga, sofreu a influência de poloneses, alemães e holandeses, fundadores na região dos núcleos coloniais de Taio, Ivaí e Bom Jardim. A primeira leva de emigrantes europeus que chegou a Ipiranga era composta de 519 pessoas, as quais se fixaram nas localidades referidas.

Por Ato, em 07 de abril de 1890 foi criado o Distrito Policial de Ipiranga, sendo o Distrito de Paz criado pelo Decreto Provincial n° 128, de 11 de novembro de 1890.

Obteve foros de Vila pela Lei n° 115, de 07 de setembro de 1894, passando também à categoria de Município autônomo por Diploma legal, sendo instalado em 07 de dezembro de 1894.

No que consiste a sua economia, a qual está praticamente calcada na agricultura, tem como principais culturas, a soja, o feijão, o trigo, arroz e cevada, respondendo por significativa parcela da produção de alimentos do País.

Sua população é de aproximadamente 18.000 habitantes, para 8.000 eleitores.

Mas, a maior riqueza de Ipiranga não está apenas na qualidade do seu solo, fértil e produtivo, mas no coração do seu povo, na sua coragem, no seu espírito de luta e que fizeram deste um dos destacados Municípios que integram o Paraná.

REQUERIMENTO N° 2871

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Vossa Excelência, ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Município de Porto Vitória, na pessoa do Senhor VICENTE SCHAOTZ, DD. Prefeito Municipal, pela passagem do 25° aniversário de emancipação política administrativa.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

A data que marca o 25° aniversário de emancipação de Porto Vitória, demonstra o sucesso e o progresso alcançados através da dedicação, da luta e do trabalho de seu povo, fato este que deve ser reconhecido

Curitiba, quinta, em 07.12.89

por esta Casa, nesta humilde, mas sincera homenagem.

REQUERIMENTO N° 2872

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À Vossa Excelência, ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Município de Paulo Frontin, na pessoa do seu DD. Prefeito Municipal, Sr. ERCÍLIO JOÃO DALAZEN, pela passagem de seu 37° aniversário de emancipação política e administrativa.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

A data que marca o 37° aniversário de emancipação política e administrativa de Paulo Frontin, é sem sombra de dúvida a demonstração do sucesso e do progresso alcançados, fruto da luta, dedicação e do trabalho de seu povo e que merece ser reconhecido por esta Casa.

REQUERIMENTO N° 2873

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Douta Mesa Executiva, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de "votos de louvor e congratulações" com o Banestado, pela satisfatória e brilhante atuação no corrente exercício em favor de sua clientela.

Por autorização do Banco Central, passa o Banestado a integrar a categoria dos "Bancos Múltiplos", em virtude de sua atuação. A partir do próximo dia 8, se integra à rede do "Banco 24 horas", devendo, dentre em pouco, expandir-se por todo o país esse serviço automático que virá grandemente favorecer seus clientes.

Além desta conquista, deverá ainda o Banestado, adotar em breve, um sistema novo de telesaldo, ampliando as linhas telefônicas através de um sistema mais moderno.

Como Banco Estadual, o Banestado vem se destacando entre seus iguais, razão pela qual é o mesmo merecedor do apoio e incentivo desta Casa, através da presente manifestação.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento à Diretoria do Banestado e ao Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO N° 2869

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e especificamente com base no disposto no artigo 35

do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 11 de dezembro às 14:30 hrs., para apreciar o Projeto de Lei n° 348/89, que autoriza o Poder Executivo a realizar concurso público de provas e títulos para preenchimento de vagas do Quadro Próprio do Pessoal do Magistério.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2858

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Douta Mesa Executiva, o encaminhamento de apelo ao Senhor Presidente da COPEL, no sentido de que o Pequeno Cotelengo do Paraná seja beneficiado pela medida governamental que concede desconto no pagamento da taxa de energia elétrica às entidades assistenciais.

A presente proposição se justifica, considerando que o Pequeno Cotelengo do Paraná, por abrigar 150 meninas-excepcionais e abandonadas - necessita, no atendimento de suas instalações, de linha de alta tensão, o que eleva sobremaneira o valor da taxa paga. Ocorre que exatamente esse fator é que está impedindo a entidade de usufruir do benefício em questão.

Entendemos ser justa a pretensão do Pequeno Cotelengo do Paraná, razão porque apela-se à COPEL para incluir a mesma entre as entidades beneficiadas.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2859

Senhor Presidente:

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor NIVALDO PASSOS KRUGER, Mui Digno Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando a instalação de reservatório para abastecimento de água no distrito de Guaiporã, Município de IPORÃ.

Considerando não dispor Guaiporã, distrito com elevada densidade demográfica e um dos mais importantes do município de Iporã de um reservatório de água necessário ao seu abastecimento, dando assim condições de plena utilização do poço artesiano no local construído pela SUREHMA, e considerando a não disponibilidade de recursos pelo Município e mesmo pela coletividade para aquisição do reservatório, a população está reivindicando a doação de um reservatório, com capacidade para quinze mil litros, sanando-se assim grave problema enfrentado pela população local.

Por ser de ímpar importância para a comunidade, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2860

Senhor Presidente:

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitando a construção de módulo policial no Município de IPORÃ.

Considerando as dificuldades encontradas pela Polícia Militar nos serviços de policiamento preventivo de Iporã, em razão da vasta extensão territorial a ser coberta diariamente pelo contingente, faz-se necessário a construção de um Módulo Policial no centro da Cidade, em local mais adequado possível, de forma a dotar o serviço de segurança municipal de todas as condições para sua plena e racional utilização.

Assim, atendendo os reclamos da população local, solicito estudos visando à constituição da obra solicitada, através de convênio específico para esse fim, a ser celebrado entre o Município de Iporã e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, haja vista que a Segurança é também uma das principais preocupações do Governador Álvaro Dias.

Por ser de ímpar importância a população, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2861

Senhor Presidente:

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor CARLOS ANTÔNIO DE ALMEIDA FERREIRA, Mui Digno Diretor Presidente do Banestado, solicitando a doação de bomba compressora para utilização no poço artesiano do distrito de Guaiporã, município de IPORÃ.

Após trabalho exaustivo da população de Guaiporã, foi executada pela SUREHMA a perfuração de um poço artesiano de forma a servir a população com água tratada.

Todavia o referido poço de bomba compressora para o bombeamento da água, o que está impedindo a comunidade de usufruir

daquele benefício, de importância vital à saúde de todos, principalmente das crianças.

Por outro lado, o município não dispõe de recursos financeiros para suportar o ônus decorrente. Assim, atendendo reivindicação das lideranças e da comunidade, solicito a Vossa Senhoria seja estudada a possibilidade de proceder à doação da bomba solicitada, de molde a superar essa dificuldade da Prefeitura.

Por ser de ímpar importância para a comunidade, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2862

Senhor Presidente:

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor DELCINO TAVARES DA SILVA, solicitando a aquisição de um terreno para a instalação de um Posto de Saúde no Município de IPORÃ.

Considerando ser elevado o número de pessoas atendidas pelo Posto de Saúde de Iporã, através do Programa do SUDS e não dispondo o mesmo dos funcionários e médicos, assim como dos pacientes, faz-se necessária a ampliação do espaço físico correspondente.

Dessa forma, seria oportuno a construção de um ambulatório médico. Para tanto, sugere-se à aquisição do terreno existente ao lado do Posto de Saúde, de forma a ampliar os respectivos serviços médicos.

Por ser de ímpar importância para a população, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2863

Senhor Presidente:

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Senhor FRANCISCO XAVIER TEIXEIRA, Mui Digno Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a aquisição de PS - Posto de Serviços, no Bairro Jaó, localidade Fátima no Município de IPORÃ.

Justifica-se o presente em tela, tendo em vista o crescimento significativo da população do Bairro Jaó, comunidade Fátima, que tem gerado grandes transtornos em

Curitiba, quinta, em 07.12.89

virtude das dificuldades de comunicação com outros locais.

Tal fato, tem incentivado reiteradas manifestações da comunidade local, que busca maiores comodidades de comunicação telefônica.

Por ser de ímpar importância à comunidade, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2864

Senhor Presidente:

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor OSMAR DIAS, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, solicitando obras de construção de Microbacias no Distrito de Oroitê, município de IPORÃ.

O Executivo Municipal, tem como uma de suas principais diretrizes administrativas a incrementação de obras para melhorar a agricultura local.

Considerando as características das propriedades rurais, estudos evidenciaram a eficácia da implantação de microbacias, sendo esta medida aspiração das propriedades rurais do Município, mormente do distrito de Oroitê.

Considerando os inestimáveis benefícios que advirão das referidas microbacias, urge seja adotadas providências para sua materialização.

Por ser de ímpar importância à comunidade, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2865

Senhor Presidente:

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Doutor HEINZ GEORGE HERWIG, solicitando Pavimentação asfáltica na ligação do distrito de Oroitê a Sede do Município de IPORÃ.

Já há muito tempo a população do distrito de Oroitê, tem enviado esforços com vistas a sua ligação asfáltica à sede do Município.

Há que considerar, tratar-se de localidade cuja produção agrícola tem contribuído significativamente com economia, e por consequência, com o desenvolvimento do

A falta de pavimentação asfáltica na Estrada que une o referido Distrito à sede, tem causado grandes prejuízos a população, eis que, em períodos de chuvas constantes, seu leito carroçável torna-se intransferível.

Por este motivo, se justifica plenamente a pretensão da laboriosa comunidade.

Por ser de ímpar importância à comunidade, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2866

Senhor Presidente:

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Senhor FRANCISCO XAVIER TEIXEIRA, Mui Digno Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de Posto de Serviços Telefônicos na zona rural do Município de IPORÃ.

As localidades de Aparecida e São Vicente encontram-se no momento à margem dos benefícios da telefonia, o que, em consequência, tem provocado descontentamento elevando a comunidade a desencadear inúmeras reivindicações junto às autoridades do Município, objetivando à instalação imediata de serviço telefônico, na forma de Postos de Serviço.

Por ser de ímpar importância à comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NILTON BARBOSA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 380/89

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE AMPARO E PROTEÇÃO A MÃE SOLTEIRA E ABRIGO AO BERÇO", com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de "Utilidade Pública" - ASSOCIAÇÃO DE AMPARO E PROTEÇÃO À MÃE SOLTEIRA E ABRIGO AO BERÇO - com sede e foro no Município de Umuarama, vem prestando serviço dos mais relevantes no campo da assistência a maternidade desprovida de amparo, assim como na integração da família, mais

especificamente no atendimento à criança recém-nascida.

Pela sua atuação, mereceu a declaração de Utilidade Pública pelo Município de Umuarama.

A declaração, a nível estadual, sem dúvida virá contribuir para o desenvolvimento de suas atividades, estimulando a entidade a prosseguir contribuindo para a melhoria de vida da comunidade e sociedade do Município de Umuarama.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência, em decorrência de Requerimento aprovado na Sessão Ordinária do dia 4 do corrente, por iniciativa do Sr. Deputado José Rogério, comunica ao Plenário que o Expediente da presente Sessão será integralmente destinado à discussão da federalização do BRDE.

Comunica ainda que o horário do Expediente composto pelo Pequeno Expediente, Grande Expediente e Horário das Lideranças será de 2 horas, tempo este dividido entre as várias Bancadas que compõem esta Casa.

Primeiro orador inscrito e autor da Sessão Especial, Deputado José Rogério, com a palavra.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs, Deputados, Diretores e Funcionários do BRDE.

Foi-nos atribuída esta responsabilidade de dirigir a palavra, em nome da Comissão Parlamentar desta Casa, e gostaria de inicialmente agradecer também ao Diretor do Grupo Bamerindus, Dr. José Eduardo Vieira, que nos possibilitou a participação, de uma Comissão de Deputados, no vizinho Estado de Santa Catarina, no dia 28, terça-feira, colaborando com os meios de transporte, para que nós pudessemos participar, estamos presentes.

E agradecendo ao Dr. José Eduardo Vieira agradeço também à Mesa desta Casa, que tem atendido a todas as reivindicações, que nos tem atendido de forma brilhante, na questão do BRDE.

Mas, Sras. e Srs., a representatividade a nós conferida nos cria a responsabilidade de levarmos a sério as questões que envolvem os interesses da coletividade paranaense.

A omissão que poderá eventualmente causar danos ao Estado do Paraná será cobrada e recriminada, não só por nossa consciência pessoal mas também pela consciência do povo, no momento do voto.

A nossa responsabilidade aumenta na medida em que, pela condição de Parlamentares temos conhecimento dos fatos que envolvem os meandros do Poder e os interesses, nem sempre confessos ligados às grandes decisões. Assim sendo, a nossa ação deve visar, antes de tudo, a manutenção de

instituições que já provaram sua utilidade, a eficiência e seriedade que, muitas vezes, ficam sujeitas a interesses de grupos que desejam sua manipulação ou extinção, numa nítida ação de limpeza de caminho.

Dentro deste contexto ressalta-se a importância deste ato público, desta tarde, que congrega forças tão significativas do Estado, em defesa do BRDE.

Recebemos telegramas, telex de cooperativas, de Toledo, solidarizando-se por este Ato, telex da Cooperativa Agrícola Mista de Rondon; também solidária ao BRDE e a conseqüente federalização; da Cooperativa Central de Medianeira, congratulando-se conosco no levantamento da liquidação do BRDE e sua conseqüente federalização; Cooperativa Mista de Francisco Beltrão, da mesma forma, no mesmo teor; temos um documento da União Parlamentar Interestadual, que propiciou a nossa reunião, em Florianópolis, assinada pelo seu Presidente, Deputado Juarez Furtado. (Lê):

"A história do BRDE está eivada de fatos e momentos marcantes. Criado em 1961 por iniciativa dos três governadores da Região Sul, o BRDE já superou diversas tentativas de extinção e isto só foi possível porque as forças sérias se uniram, como neste momento, em defesa dessa Instituição. São 28 anos dedicados ao desenvolvimento da nossa Região, com investimentos da ordem de 9 bilhões de dólares em indústrias, agricultura, serviços e infraestrutura. Foi o BRDE, por exemplo, que lançou o cooperativismo no Paraná, no momento mais crítico. Quando ainda pairava um preconceito conservador sobre a Cooperativa, o BRDE esteve presente, confiou, financiou e viabilizou aquilo que é hoje o orgulho do Estado: um cooperativismo forte, eficiente e consolidado. Podemos afirmar que mais de 70% das cooperativas, sejam singulares, sejam centrais, devem ao BRDE uma grande parcela de sua sobrevivência. Em seguida, o Paraná caminhou para a agroindústria e o BRDE, novamente, esteve presente na indústria também, a força do BRDE criou condições. Empresas, hoje grandes, nasceram pequenas e cresceram junto com o BRDE. Além disso este Banco jamais rejeitou um bom projeto na área de serviços ou infraestrutura. Assim é o BRDE: um Banco de desenvolvimento que não só financia mas orienta o empresário.

E agora tentaram pôr fim a esta história. Pior que isto, tentaram reescrever a história, denegrindo essa imagem de seriedade. Felizmente, nós estávamos atentos e não vamos deixar que isto aconteça.

A crise do BRDE, que determinou a sua liquidação extrajudicial pelo Banco Central é fruto não da ineficiência da Instituição, mas da crise financeira dos esta-

dos, gerada principalmente pela centralização fiscal. Em decorrência desta centralização, os cofres dos estados se esvaziaram e eles recorreram ao mercado através do BRDE. No momento de saldar seus compromissos, os governos estaduais não apresentavam capacidade de pagamento, criando para o BRDE uma situação difícil de liquidez. A intervenção do Banco Central evidenciou principalmente que o BRDE, uma vez saneada a dívida dos estados, pode voltar a operar imediatamente.

E é neste sentido que estamos trabalhando hoje. O processo todo da reabertura do Banco ganhou força, foi desencadeado a partir de um manifesto dos Parlamentares do Paraná, que conseguiu sensibilizar a União Parlamentar Interestadual, Seccional Sul. Esta tomou a si a coordenar a ação a nível regional, unindo as forças de toda a Região e organizou, em Florianópolis, no dia 28.11.89, um encontro de Deputados da Região para discutir o assunto. Algumas conclusões importantes e unânimes saíram da reunião:

1.^a) levantar imediatamente a liquidação extrajudicial do BRDE;

2.^a) agilizar o processo de federalização do Banco, tentando inicialmente uniformizar as propostas em tramitação no Congresso Nacional.

3.^a) criar, em cada Assembléia Legislativa dos três estados do Sul, uma comissão Suprapartidária para acompanhar o processo.

Foi, sem dúvida, um fato marcante, porque contou com a presença não só de Parlamentares mas dos demais segmentos da sociedade.

Temos consciência, agora, que o BRDE não pode morrer, porque a Região precisa dele para o seu desenvolvimento. As perdas seriam tão grandes que esta Região, orgulhosa de sua capacidade de geração de riquezas continuaria caudatária daquelas que detêm o poder econômico e político. Sem o BRDE, a Região perderia, nos próximos 15 anos, investimentos da ordem de 75 bilhões de dólares e deixaria de criar 1.606.000 novos empregos, o que representaria em torno de 30% do total da Região. São números expressivos e que, por si só, já justificam estarmos aqui, nesta luta.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos juntos nesta luta e sabemos que ela visa não a vantagens pessoais ou a de grupos, mas aos interesses do estado do Paraná e da Região Sul que são, em suma, os interesses maiores do Brasil, pois, uma vez em que a Região investe, cria empregos e riquezas, está engrandecendo a Nação.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALCACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, funcionários, Diretores do BRDE que se encontram aqui neste momento, tem este ato público que hoje se realiza aqui nesta Casa um elevado significado. Uma vez que foram poucas as oportunidades em que realizamos uma manifestação ao mesmo tempo tão importante e tão paradoxal. É do BRDE neste ato que iremos falar, uma instituição de crédito que por 28 anos vem prestando relevantes serviços à economia do Paraná, e vê-se agora por obra de interesses poucos esclarecidos, vítima de uma liquidação estrajudicial. Liquidação esta decretada pelo Banco Central. Poderia Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito mais lógico, que aqui estivéssemos realizando um pronunciamento de reconhecimento ao BRDE diante das ações que esse órgão de desenvolvimento levou a cabo no Estado do Paraná e na Região Sul. Poderíamos estar destacando o apoio dado ao cooperativismo através das implantações da estrutura de armazenagem, hoje existente no Estado cerca de quatro milhões de toneladas, estatísticas financiadas por esse órgão. Poderíamos estar citando as centenas de empresas industriais que cresceram sobre a sempre presente orientação técnica e financeira do Banco, cujo número de contratos ascendem a 13.500, com uma geração de 58.000 empregos diretos. Poderíamos ainda Sr. Presidente, Srs. Deputados, estar enfatizando estudos, programas e projetos que se originaram naquela instituição e contribuíram para o nosso desenvolvimento econômico oriundo de um quadro funcional que não ultrapassa 760 pessoas. No entanto. Sr. Presidente. Srs. Deputados, aqui estamos neste momento, hoje, dia 7 de dezembro nesta Assembléia como nas demais Assembléias Legislativas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, estamos efetivando sob a coordenação da UPI este ato com o objetivo de garantir a continuidade desse banco de fomento que completa exatamente hoje nove meses de paralisação.

Num País em que centenas de entidades reconhecidamente deficientes e eivadas de vícios, absolutamente, o Governo Federal não adota ou não consegue efetivar medidas visando extingui-las, no caso presente, exorbitando de sua competência intervém numa entidade autárquica interestadual que leva a cabo a sua liquidação. Trata-se do BRDE, de uma instituição sólida cujo patrimônio líquido, em março deste ano, era de US\$ 137 milhões, expurgada a dívida dos estados, porém, até este momento não paga. Seus ativos, executada esta dívida, naquela ocasião eram de US\$ 800 milhões, sendo que no Paraná correspondiam a US\$ 220 milhões, basicamente voltados a financiamentos ao setor público.

Somente este ano mais de US\$ 500 mi-

lhões deixaram de ser aplicados na Região, conforme previam suas metas. Nenhum Banco de Desenvolvimento pode apresentar esta "performance", executando o BNDES.

Daí por que estamos aqui como membro de uma Comissão formalizada por esta Casa para apoiar a manutenção dessa entidade, a fim de dizer que o Paraná, junto com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina não abrirão mão do BRDE. Entendemos que a nossa missão é resgatar o erro cometido há 9 meses atrás, quando os governadores do Sul, pressionados pelo Senhor Sarney, foram compelidos a aceitar o fechamento do Banco. Hoje o próprio Banco Central já reconhece o tamanho do erro cometido e sinaliza para uma solução do maior interesse para as partes envolvidas, ou seja, a federalização do Banco. Este será o propósito final de nossa luta, que neste momento se inicia e que só terminará com a efetiva criação de um Banco Regional Federal, que junto com nossas instituições de crédito, BADEP e BANESTADO, por certo constituirão o suporte financeiro para que nosso Estado possa crescer e desenvolver-se gerando bem-estar à sua população e ajudar a colocar o País em condições de enfrentar a nova década que se avizinha e que será fundamental à nossa emancipação econômica e tecnológica.

Por outro lado, a existência de um Banco Regional no Sul não constitui um favor do poder Central, mas simplesmente contempla a equidade que deve haver entre as regiões do País, uma vez que, o Norte possui o Banco da Amazônia, o Nordeste o Banco do Nordeste do Brasil e, recentemente, o Centro-Oeste foi contemplado com o Banco do Centro-Oeste. (Lê):

JORNAL DA TARDE

Aumenta a Distância que
nos Separa do Futuro

O avanço da democracia nos países do Leste Europeu, submetido há décadas à ditadura do partido único, começa a receber, mais do que o apoio político, o efetivo auxílio econômico da Europa Ocidental.

Reunidos em Paris no último fim de semana, dirigentes dos doze países da Comunidade Econômica Européia aprovaram a instituição de um programa de ajuda econômica maciça e imediata aos países da Europa Oriental - que estão derrubando os muros ideológicos, institucionais, econômicos e até de concreto - como no caso da Alemanha Oriental - que os separam durante anos do mundo da liberdade e da prosperidade.

Os principais líderes europeus aprovaram por unanimidade a criação de um Banco para o Desenvolvimento da Europa do Leste, ou Banco da Europa, que terá capital ini-

cial equivalente a US\$ 12 bilhões e financiará projetos de investimentos, cooperação tecnológica e comercial, além das dívidas. Anualmente serão desembolsados cerca de US\$ 2 bilhões para os países do Leste. Os dirigentes europeus querem também forçar o Fundo Monetário Internacional (FMI) a liberar créditos de US\$ 1 bilhão para a Polônia e a Hungria. Mais tarde, pretendem criar uma fundação destinada a formar dirigentes empresariais".

Senhor Presidente, Senhores Deputados. No último dia 28 o Paraná se fez presente através de uma Comissão de Deputados desta Casa, a um debate a respeito do BRDE na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, uma promoção da UPI. (Lê):

"A Seccional Sul da União Parlamentar Interestadual, entidade representativa das Assembléias Legislativas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, reunidas nesta data, em Florianópolis, em conjunto com representantes de federações, sindicatos e outras entidades dos três estados, considerando:

a) a necessidade de manutenção da unidade política, econômica e social da região sul;

b) a extraordinária contribuição emprestada pelo BRDE, ao longo dos 28 anos de sua existência, em prol do desenvolvimento da Região Sul, traduzida nas milhares de empresas implantadas ou expandidas e nos incontáveis empregos gerados, nos três estados sulinos;

c) que a ausência do BRDE na economia da Região Sul durante o exercício de 1989 deixou de promover investimentos da ordem de US\$ 710 milhões e financiamento de US\$ 500 milhões;

d) o preceito contido no art. 192, § 2º da Constituição Federal que elege organismos regionais de desenvolvimento como responsáveis pela aplicação de recursos da União para programas e projetos de caráter regional, DECIDE:

1. Posicionar-se, através das Comissões Parlamentares dos três estados do Sul, no sentido de solucionar os impasses existentes junto aos executivos estaduais, para a consecução dos objetivos aqui propostos;

2. defender junto aos executivos estaduais e autoridades federais, a tese da federalização do BRDE, enfatizando a importância de um Banco de Fomento forte para a economia dos estados do Sul;

3. participar, junto ao Congresso Nacional, visando dar o apoio necessário à aprovação de lei que regulamente o art. 43 da Constituição Federal;

4. atuar junto à alta administração do BACEN e Ministério da Fazenda, visando apoiar os procedimentos destinados à des-

propriação do Banco e sua conseqüente federalização;

5. divulgar junto ao empresariado e comunidade em geral, através dos meios de comunicação, sobre a imprescindibilidade do BRDE, face aos elevados investimentos que serão necessários à Região na próxima década;

6. manter, através da UPI e Comissões Parlamentares Externas das Assembléias Legislativas, os vínculos destinados a fortalecer os procedimentos que exijam uma ação conjunta dos três estados até que sejam atingidos os objetivos ora propostos;

7. buscar, junto aos Deputados Federais autores de projetos que tratam do BRDE e da reforma do Sistema Financeiro Nacional, em tramitação na Câmara Federal, a uniformização das matérias, objetivando voz uníssona permitindo maior fluidez no processo Legislativo;

8. gestionar junto às autoridades constituídas para a sustação do processo de liquidação extrajudicial da Autarquia Interestadual;

9. repassar aos candidatos à Presidência da República o pensamento de reivindicação do povo sulino quanto à questão BRDE;

10. propor às Assembléias Legislativas do Sul ato público a realizar-se no dia 7 de dezembro.

Florianópolis, 28.11.89

(a) Deputado JUAREZ FURTADO

Presidente da Seccional Sul da UPI

Participantes: 1/Parlamentares
Deputado Federal Irajá Rodrigues - RS.
Deputado Estadual Algaci Túlio - PR.
Deputado Estadual David Cheriegate - PR.
Deputado Estadual José Bel - SC.
Deputado Estadual Admir Bortolini - SC.
Deputado Estadual José Zeferino Pedrozo - SC.
Deputado Estadual Luiz Abadie - RS. Deputado Estadual Vânio de Oliveira - SC
Deputado Estadual Joaquim Moncks - RS.
Deputado Estadual Raulino Roskamp - SC.
Deputado Estadual Nelson Locatelli - SC.
Deputado Estadual Jorge Gonçalves da Silva - SC.
Deputado Estadual Gilson dos Santos - SC.
Deputado Estadual José Rogério Carvalho - PR.
Deputado Estadual Ezequias Losso - PR.
Deputado Estadual Germano Rigotto - RS.
Deputado Estadual Francisco Carrion Júnior - RS.
Deputado Estadual Mário Cavallazzi - SC.
Deputado Paulo Roberto Miranda Gomes - SC.
Deputado Gernote Kirinus - PR.

Estiveram presentes várias entidades: a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, lá representada pelo Dr. Zenon que

nos dá o prazer da sua presença aqui e pelo Dr. Péricles Pacheco, enfim várias outras entidades fizeram parte: Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Federação do Comércio de Santa Catarina, Procuradoria do Estado de Santa Catarina, Sindicato dos Bancários de Santa Catarina e também o pessoal do Sudesul.

Esta é a moção de apoio tirada durante aquele conclave realizado na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, e funcionários do BRDE, é por estes motivos que não poderíamos deixar de fazer este pronunciamento neste ato público, uma vez que a responsabilidade do Poder Legislativo, na atual Constituição, cresceu perante a sociedade, não podendo esta Casa se omitir quanto a situações esdrúxulas como esta em que passa o BRDE, situações que possam, vir a afetar a comunidade, em especial a Região Sul do nosso País.

Diante disto, esperando que o Poder Executivo cumpra o seu papel e na efetiva harmonia entre os Poderes, podemos encontrar o caminho que permita o mais rápido trâmite quanto ao levantamento da liquidação do BRDE e a sua federalização.

Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Pirajá Ferreira com a palavra.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Na vida, existem os que VIVEM a História e os que a ESCREVEM. Aqueles, limitam-se a ver e deixar as coisas acontecerem, para lamentar-se, quando elas não lhes são favoráveis; os que fazem a História, pelo contrário, criam os fatos para que eles falem a verdade em que acreditam.

Até agora, o Sul foi discriminado e a sociedade sempre lamentou isso. Agora, porém, os legislativos dos três estados, representando esta sociedade, resolveram fazer a História. E vejam por quê?

Enquanto a Constituição Federal contemplava a criação de bancos regionais pelo Brasil, o Banco Central, por motivos ainda não bem esclarecidos, decretou a liquidação extrajudicial do nosso banco regional, o BRDE, o segundo maior banco de desenvolvimento do País. Há exatamente 9 meses, toda essa estrutura enxuta e eficiente, que ao longo de 28 anos mostrou sua capacidade, aguarda uma decisão, enquanto a Região deixa de canalizar milhões de dólares para o setor produtivo.

Felizmente, a sociedade toda da região mobilizou-se e resolveu escrever sua própria história, tomando a si a luta pela manutenção do BRDE, e mais, brigando pelo

seu fortalecimento através da FEDERALIZAÇÃO.

A Região Sul merece isto, não como uma dádiva, mas como reconhecimento pelo grande volume de riquezas que aqui se criam. O Sul não pode continuar apenas a trabalhar; deve, pelo contrário, passar a usufruir do resultado de seu trabalho.

É por isso que esta Casa encontra-se tão movimentada. Nós, os representantes da sociedade, entendemos a dimensão da nossa responsabilidade e queremos demonstrar a esta sociedade que aqui, se encontra bem representada. A Assembléia Legislativa do Paraná quer ser o baluarte desses interesses de todos, como é seu dever constitucional, e entende que só a união preservará o que interessa a todo o Sul. Assim foi, quando da luta pela SUDESUL, e é agora com o BRDE. O movimento pela manutenção e federalização deste Banco surgiu, praticamente aqui, nesta Casa, e tomou proporções regionais com a adesão das Assembléias Legislativas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, numa inequívoca demonstração de que, havendo uma boa causa, haverá quem lute por ela. Hoje, o BRDE é até uma questão de independência econômica da Região. Extingui-lo é condenar o Sul a não ter nenhum órgão forte que lute pelos seus interesses; é condenar nossos estados a serem o celeiro do País e APENAS ISSO, sem maiores possibilidades de atingir uma condição de economia independente, ou interdependente. Continuaremos a ser menos fornecedores de matérias-primas e executores de programas que interessam às economias de regiões mais fortes.

E temos que pôr um basta nisso. Para atingirmos tal objetivo, é preciso que o BRDE seja mantido forte e federalizado.

Não nos iludamos! Ninguém vai lutar por nós. Se não tomarmos a dianteira, alguém vai querer indicar-nos o caminho e impor o ritmo da marcha do nosso desenvolvimento regional. É isto que nós queremos? Certamente que não! Nós queremos escrever a nossa própria História e é por isso que estamos aqui. Vamos lutar juntos para não termos que lamentar amanhã a omissão que pode causar sérias perdas à Região.

Tenho certeza de que minhas palavras serão pensadas, pois são dirigidas a pessoas imbuídas de bons propósitos na defesa dos interesses de nossa sociedade. Se assim não fosse não estaria ocupando esta tribuna.

No entanto, já basta de palavras. Agora, é agir. É necessário que cada um se una aos esforços dessa Comissão suprapartidária já constituída, para que se busquem, junto ao Poder Executivo, ações efetivas que possam agilizar os procedimentos necessários, a fim de que seja atingido o objetivo de levantar a liquidação extraju-

dicial do BRDE, o que é aspiração de toda a sociedade do Paraná e da Região Sul.

Nós vamos escrever a nossa própria História. Para tanto, precisamos nos unir."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná realiza hoje uma sessão de suma importância e que indiscutivelmente resgata a figura deste próprio Parlamento, pela defesa intransigente dos interesses do Paraná e hoje da Região Sul.

Tão torpedeado, tantas vezes, a atuação Parlamentar presente constantemente nos embates travados em nosso Estado em favor de organismo de desenvolvimento, a Assembléia, mutilada no passado, soergue-se no presente, buscando prerrogativas parlamentares que lhe foram devolvidas e que se faz presente com toda a sua força na defesa dos interesses maiores da nossa região.

Lutamos todos durante o próprio período da Constituinte Estadual, quando além da luta que paira hoje com os funcionários e com a instituição BRDE, pairava naquela época algo de mais preocupador ainda, num instante em que os próprios funcionários de uma instituição não tinham sequer a garantia da continuidade do seu trabalho, e a conseqüente garantia da continuidade de perceber o salário por uma profissão a qual se dedicam no desenvolvimento do sistema da Região Sul do Brasil.

E esta Assembléia Constituinte do Estado do Paraná foi sensível e, dentro da Constituinte do Estado do Paraná, garantiu-se, pelo menos, de que os funcionários do BRDE ficariam lotados nas instituições de crédito do Estado do Paraná.

Foi uma conquista e por esta conquista ter sido conseguida, é que hoje eu vejo com melhores olhos a luta inclusive dos funcionários do BRDE; porque não é mais uma luta apenas para manter o emprego, é a luta para manter a instituição; não é a luta em causa própria, é a luta pelo interesse da manutenção de um Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Não se pode mais admitir o descaso com que se trata o Sul do Brasil. Se analisarmos na Constituição Federal, estados bem menos importantes economicamente no contexto nacional, foram agraciados com artigos, dispositivos, capítulos, que lhes permitem um franco desenvolvimento e o Sul manteve-se esquecido. Como o "primo rico" que já está pobre e continua lutando com as suas únicas forças, sem receber da Nação brasileira o reconhecimento por todo o

trabalho que fez.

Não se pode admitir num País que se diz uma Federação, que venha a se extinguir um Banco de Desenvolvimento de uma Região, quando se mantém de outras. Ou somos uma República que trabalhamos todos juntos, com a mesma causa, para um bem único, ou somos discriminados e servimos no Sul apenas para a mola propulsora do desenvolvimento, principalmente naquilo que o BRDE poderia dar, e nos deu durante muito tempo, que é a cultura primária e a pequena empresa que se desenvolve a grande sacrifício na região Sul do Brasil.

Queremos parabenizar os companheiros da Assembléia Legislativa e quero parabenizar os funcionários que compõem a instituição BRDE que estão presentes nesta sessão, dizendo que esta luta tem que ser exata e igual, porque esta luta não é do funcionário, não é da Assembléia, não é da sociedade, esta luta tem que ser do Sul do Brasil. Esta luta tem que encampar e sensibilizar aqueles que lá, mais próximos do Governo Federal, no Congresso Nacional, esqueçam a timidez na representação do Sul, que não soube se unir em instante algum, que não soube buscar os interesses regionais, que se desconhece, que não luta junto, que não faz reuniões, que não procura erguer a bandeira deste pedaço do País, que indiscutivelmente precisa levantar a sua voz, sob pena de continuar amargando, a cada ano que passa, o descaso da República instalada em nosso País.

Meus companheiros, seriam inúmeras as citações que poderíamos aqui fazer, demonstrando que nos falta unidade/ Desde esta Assembléia Legislativa, poucos contatos tem com a Assembléia de Santa Catarina muito poucos com a do Rio Grande do Sul, E as bancadas federais nem se conhecem.

E ficamos ao ponto de ver que os funcionários, garantidos via Constituição Estadual na manutenção do seu trabalho, do seu emprego e do seu salário, não arrearam a bandeira. Não lhes move o contracheque do fim do mês, move-lhes a manutenção de uma Instituição que não pode faltar ao desenvolvimento do Sul do Brasil. E é um exemplo que nos dão todos, todos os Partidos, de que as divergências partidárias, no instante em que se falar em Paraná e em Sul, têm que ser superadas em favor de uma causa comum. Por isso, Senhores Parlamentares, Senhor Presidente e Senhores integrantes dessa Instituição bancária, aqui não há funcionário, aqui não há Parlamentares, aqui tem que existir paranaenses, só paranaenses, cada um na sua função, cada um com aquilo que pode oferecer; mas oferecer com toda a segurança e com todo o empenho para que essa luta que se trava aqui extrapole as paredes desta Assembléia Legislativa, faça-se sentir na Câmara e no

Senado da República, que possa ser o vínculo de união de nossos Parlamentares federais, com os demais Parlamentares federais dos outros três Estados para que no final possamos ganhar essa batalha.

Um Banco que foi extinto há quase um ano atrás e que não foi liquidado ainda, não pode pesar em orçamento algum. Se existisse emergências da liquidação do BRDE, teria que ser simultânea com a sua extinção. Se o BRDE não tivesse condições de soerguer-se e continuar a ajudar a Região Sul, que fosse um peso orçamentário para já minguados recursos do Tesouro Federal, pois que ele fosse extinto. Mas enquanto se extingue uma Instituição que gera o desenvolvimento mantém-se outras tantas que sugam os recursos públicos que poderiam gerar o desenvolvimento. Essa colocação tem que ser feita se quisermos recuperar o andamento, o crescimento, o desenvolvimento deste País, atingindo as metas propostas por todos aqueles que pensam, como política, na forma de desenvolver; e desenvolver uma região é desenvolver um povo; e desenvolver um povo é diminuir desigualdades. Não é o BRDE que deve ser extinto, são outras instituições, são outros órgãos que pesam no orçamento e que precisam ser enxugados para que instituições que possam gerar o desenvolvimento continuem a existir.

Meus parabéns, Senhor Presidente! Meus parabéns, companheiros Deputados! Meus parabéns, funcionários do BRDE!

Essa luta não pode parar aqui!

Essa moção de apoio da Assembléia Legislativa tem que ser apenas o marco primeiro de uma união que nos levará à manutenção do BRDE.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ezequias Losso com a palavra.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, diretores, funcionários do BRDE, representantes das classes produtoras.

Já nosso companheiros de Assembléia Legislativa que me antecederam nesta tribuna demonstraram de maneira bastante acertada a importância do BRDE na formação da estrutura econômica do Estado do Paraná e a necessidade da continuidade da ação deste Banco, que atende aos interesses de três Estados da Federação, para o desenvolvimento desta que tem sido uma região que tem proporcionado a geração de impostos em representativo volume, na geração de empregos, numa fase considerada bastante crítica para a Nação brasileira; quando notamos a necessidade de se encontrar caminhos a tantos que têm alcançado a idade para o início da atividade laboriosa.

Não é sem sentido que as classes produtoras, preocupadas com o futuro da Nação se associam aos políticos, se associam aos trabalhadores em geral, para reivindicar uma solução a mais urgente para esse impasse que se criou em um momento impensado por parte do Governo Federal. Na ocasião, a justificativa era a de que a liquidação do Banco, a exemplo da liquidação de outro, que se encontra no Nordeste e que nem se constitui num banco, mas com estrutura semelhante a do BRDE, seria uma medida conveniente para que houvesse uma regularidade econômica. Pois bem, lá no Nordeste, a solução foi encontrada e as operações estão sendo realizadas lá. Enquanto isso, aqui no Sul, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nota-se uma total desatenção do Governo Federal. Como, aliás, em muitos outros sentidos tem ocorrido, numa falta de visão que vem proporcionar a todos nós, preocupados com o futuro do Estado do Paraná, uma real e sentida estranheza. Porque esta falta de consideração se faz num momento em que o Estado do Paraná está se estruturando para enfrentar as dificuldades de uma nova década e de um novo milênio.

Somo a voz do Partido Liberal, como já somamos ali em Florianópolis, naquele memorável encontro, para dizer que o Partido Liberal está perfeitamente identificado com esta causa. E tudo fará para que ela seja vitoriosa, porque é uma causa paranaista. É uma causa que nos diz respeito. E não podemos deixar de elevar a nossa voz, até onde for necessário, para que sejamos ouvidos.

A nossa solidariedade aos que aqui se encontram neste pleito legítimo, na certeza de que alcançaremos, juntos, os resultados que almejamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhoras e senhores funcionários do Banco Regional de Desenvolvimento do Sul, do BRDE:

Impõe-se, neste momento, pela vontade soberana das três Assembléias, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná que o Brasil preste atenção na sua região mais próspera, na sua região mais desenvolvida, na sua região mais eloquente, na sua região mais social-democrata, exatamente o Sul do País.

Impõe-se, neste momento, que se diga um Não à política de desmandos, deste ano a mais do Governo do Senhor Sarney, que, numa das filigranas da sua operação desmonte, que só fez desmontar de vez as es-

peranças da Nação, acabou por decretar a liquidação extrajudicial do nosso BRDE!

Eu vos falo desta cidade de Curitiba, em nome da cidade de Curitiba, que teve o seu perfil de industrialização renovado e definido pela própria atuação do Banco, no processo de criação da nossa CIC, a Cidade Industrial de Curitiba. Falo em nome da cidade que, ao tempo dos engenhos de erva-mate, das fábricas de gengibirra, das madeireiras, da fábrica de pianos Essensfelder, isto é, aos anos 60, precisava mudar o seu perfil de desenvolvimento, para se afirmar como a grande metrópole do Sul e só pôde fazê-lo porque os três governadores deste início dos anos 60, o de Santa Catarina, o do Rio Grande do Sul, o nosso amigo Leonel Brizola, e o do Paraná o nosso também amigo Ney Braga, tiveram a clareza e a visão de propor a união das forças dos três Estados num Banco Regional de Desenvolvimento Econômico.

A tempo da liquidação do Banco nós brigávamos, brigamos em Brasília, brigamos aqui, discursávamos, conversávamos, com funcionários valorosos do BRDE, e todos nos faziam ver a desfaçatez que se cometia contra este Sul! A desfaçatez que se cometia contra a mais desenvolvida das regiões do País, porque no mesmo instante em que se liquidava o BRDE, vinha de se criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste; no mesmo instante que se liquidava o BRDE vinha-se fazendo o prestigiamento do Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia.

O Brasil é dividido, o País da Casa Grande e da Senzala e o País das pequenas propriedades. O Nordeste, o Nordeste dos senhores feudais, o Nordeste dos mocinhos estudados na Europa, lustrados nos figurinos de Paris, e do povo sofrido, padecente! No entanto, já não é de hoje que este Nordeste está mudando e frequenta a periferia de todas as nossas cidades, porque, efetivamente, não se faz neste País, uma política de justiça e de equidade social!

O Sul que, em tempos históricos já vestiu a bandeira dos maragatos, a bandeira dos farroupilhas, o lenço vermelho dos que quiseram se separar, hoje, pede à federação brasileira o respeito profundo à sua importância econômica. O Sul que alimenta a balança comercial deste País, o Sul que alimenta as possibilidades elétricas e estratégicas deste País, o Sul não quer ser o País da Casa Grande, nem da Senzala, muito menos a terra de escravos! O Sul pede a existência de um Banco Regional de Desenvolvimento, portanto, este ato público pela desfederalização do BRDE é oportuno, é necessário, é salutar, é patriótico, no sentido em que concorre para reforçar perante a Federação brasileira da importância do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Do rio Paranapanema até as fronteiras do Chuí, em todos estes planaltos verdes, onde está semeada a propriedade nacional, em todos estes rios que correm por estas terras, que nascem aonde nascemos, os do Sul, em todas estas paisagens de fertilidade, de laborioso trabalho, se afirma sobre maneira a necessidade da importância econômica e do reconhecimento do trabalho dos que somos brasileiros aqui.

Pede-se, portanto, ao Governo Federal, pede-se, portanto, à República, que não é patrimônio apenas de nordestinos, embora sejam eles hábeis em tratar a República, pede-se, portanto, à consciência da Nação, em nome do Paraná e em nome dos três Estados do Sul, o devido respeito, a devida justiça. Quem sabe faz a hora, não espera que aconteça, só a união dos três Estados do Sul, só a união de todos nós em torno de questão tão grave há de recompor a dignidade desta agência de desenvolvimento econômico.

Os senhores e as senhoras que trazem as bandeiras de defesa desta instituição, que nos orgulha, orgulha os que conhecem a história dos Estados do Sul, não agem de maneira corporativista tentando defender os seus empregos; agem sim como patriotas que sabem que é preciso fazer a hora, não esperar que as coisas por si só e por favor aconteçam.

Fica, portanto, nesta Assembléia e em toda a Região Sul do País, até a corte de Brasília, que faz ouvidos moucos ao que se passa nesta Nação, um grito de independência, de liberdade, de vigor. O BRDE é o caminho para a afirmação do nosso desenvolvimento econômico e da importância histórica, social e cultural do País dos Farraços, da Terra dos Maragatos.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Paulino Delazeri com a palavra, último orador inscrito.

O SR. PAULINO DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, na verdade não era o meu objetivo vir a esta tribuna manifestar meu ponto de vista, porque o Deputado José Rogério já o fez em nome da Bancada do PSDB, que apoia a posição do Sul do Brasil em defesa do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ocorre-me que, o fato que acontece, a discussão que acontece aqui hoje, ela transcende ao instrumento chamado BRDE, transcende e prova mais uma vez, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o problema neste País não são os instrumentos públicos, não são as ferramentas que esta Nação usa para solucionar os seus problemas, como são os bancos de desenvol-

vimento, os bancos estatais, as empresas estatais federais ou estaduais; o problema deste País sim e a irresponsabilidade de gerentes eventuais do Poder Público, que usam indevidamente os instrumentos públicos para buscar a solução de problemas fora da competência desses instrumentos públicos. E foi o que aconteceu com o BRDE, me parece, a irresponsabilidade de governantes do Sul do Brasil, bem como a irresponsabilidade de diretores do Banco Central que autorizaram os Estados a buscar no BRDE os recursos que lhes faltavam no orçamento, que inviabilizou ou causou este grande problema que vivenciamos hoje. Porque o BRDE não é o problema, o BRDE me disse aqui o Presidente da Copervale de Palotina que foi o grande instrumento, e eu sou testemunha disso, de desenvolvimento daquela progressista cooperativa modelo para todo Brasil. É só para lembrar este ponto que venho a esta Tribuna, porque hoje em dia a tese liberal está muito em voga neste País e sendo usada indevidamente, e é claro que neste momento os banqueiros privados certamente estão fazendo um grande esforço para que o BRDE não se viabilize como instrumento de defesa do desenvolvimento social e econômico do Sul do Brasil. Certamente isso está acontecendo lá nos bastidores do Banco Central em Brasília, e nós precisamos aqui sim, esta Assembléia Legislativa, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, os paranaenses nos levantamos em defesa não do Banco Central, não dos governadores que foram inseqüentes nos seus atos e acabaram causando este prejuízo a este instrumento muito importante a toda sociedade do Sul do Brasil, sem ele nós ficaremos à mercê, sem ele as cooperativas ficaram à mercê da exploração, da voracidade das instituições financeiras privadas que certamente causarão grandes prejuízos a estas instituições que estão promovendo o desenvolvimento do Sul do Brasil.

É só para colocar este ponto de vista que venho a esta Tribuna porque o apoio já é indiscutível através do nosso representante, da Bancada do PSDB, José Rogério.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ouviremos agora a palavra do Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esta sessão marca, evidentemente, além das demais reuniões realizadas pela União Parlamentar Interestadual em Florianópolis, o verdadeiro apoio. E vejo uma unanimidade nesta Casa com relação à reativação do BRDE. O BRDE que nascia mais ou menos

na mesma época em que o Deputado Lindolfo Júnior nascia. O BRDE que fez de empresas pequenas, grandes empresas; o BRDE que infelizmente nas mãos até de um paranaense sério, honrado, na Presidência do Banco recebia a informação do Banco Central com relação à liquidação. Presidente que foi indicado pelo nosso Governador respeitando rodízio que sempre houve no BRDE. E hoje a gente começa a analisar porque efetivamente isso aconteceu, nós voltamos um pouco no tempo e nos recordamos sim quando um Governador do PDS de Santa Catarina a favor das "Diretas-Já", contra o Colégio Eleitoral liderando a sua Bancada recebia a intervenção no BADESC porque não apoiava e não dizia amém ao Governo Central.

O Governador do Ceará, Gonzaga da Mota, se todos se recordam, também era contra o Colégio Eleitoral; estava ao lado de Tancredo Neves e naquela oportunidade também perseguido pelo atual Governo Federal.

E o que aconteceu com o BRDE?

Mais ou menos a mesma coisa; porque o resultado da liquidação do BRDE é fruto da caça às bruxas feita pelo Governo Federal.

Um moço, Governador das Alagoas questionando o Governo Federal, sendo perseguido pelo Governo Federal, e como o BRDE tinha aplicações no PRODOBAN, entrou na dança. Este foi o motivo.

Há nove meses atrás exatamente, quando os funcionários do Banco Central, Diretores do alto escalão do Banco Central perceberam que este menino, que este moço tinha chance, sendo caçador de marajás, ou para outros, caçador de maracujá, não interessa, que ele tinha chance de chegar à Presidência da República, voltaram atrás e reconsideraram a questão do PRODOBAN.

Mas, o BRDE foi negociado pelos três governadores do Sul do Brasil.

O que na verdade aconteceu?

É difícil saber. Mas, quando nós vamos, caros funcionários do BRDE, na Câmara Federal os Parlamentares do Nordeste, todos vão à tribuna defender o Nordeste. Só se ouve pelos corredores da Câmara Federal clamor e mais clamor, de Deputados com sotaque nordestino, pedindo, exigindo, clamando pelo Nordeste.

Será que isto acontece também com os Parlamentares, representantes do Sul do Brasil, também na Câmara Federal?

Difícilmente acontece.

Aqui temos homens e mulheres que não querem migalhas.

Nós temos homens e mulheres que querem justiça para com o Sul do País, e por isto estão aqui presenciando o apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Nós precisamos pressionar; o nosso Líder, Deputado Ezequias Losso esteve dias atrás ao lado do Deputado José Rogério de

Carvalho, em Florianópolis discutindo a questão do BRDE, e eu não tenho dúvida, de que com uma voz uníssona deste Parlamento e da UPI Seccional Sul, nós haveremos de regatar esta injustiça cometida, não somente com os funcionários do BRDE, mas, para com o Sul do Brasil que foi discriminado mais uma vez por este Governo perdulário que aí está.

Eu estive no Centro Empresarial de São Paulo há poucos meses. Algumas empresas do Paraná, que naquele momento recebiam prêmios pela liquidez, pelo lucro, são empresas e cooperativas que foram ajudadas no início e que hoje servem de exemplo para este País, pelo BRDE.

E eu cito a COAMO, que foi aplaudida e não é a primeira vez, Plásticos do Paraná, que teve o incentivo e a injeção do BRDE. A Rede Paranaense de Televisão e outras empresas do nosso Estado, que recebiam prêmios e homenagens pelo trabalho e pelo bom gerenciamento.

Mas, o BRDE só não empresta dinheiro. O BRDE treina também os seus gerentes, seus funcionários.

Meus amigos, eu sei que todos nós estamos cansados de conversa fiada, de papo furado e é preciso que agora tenhamos a nítida responsabilidade de que precisamos resgatar uma injustiça cometida por um Governo ilegítimo e que com certeza voltará atrás, porque a pressão do Sul do Brasil vai funcionar com as Assembléias do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, restabelecendo desta forma a garantia do emprego, do funcionamento e da justiça que deve ser feita também aos funcionários do BRDE.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta o Deputado Pedro Tonelli, se deseja fazer uso da palavra.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, comunidade interessada pela sobrevivência do BRDE.

Este dia é um dia de grande preocupação, é um dia de reflexão, é um dia de assumirmos o desafio para um Brasil melhor. Esta preocupação que é trazida unanimemente para esta tribuna neste dia, ela não aconteceria se nós não tivéssemos um Governo Federal que em fim de governo está preocupado em abrir caminho para lotear os setores produtivos da sociedade brasileira, para favorecer os seus comparsas, para favorecer os seus amigos, para não dizer os seus "cupinchas".

O BRDE é um exemplo, é um mau exemplo que está ocorrendo hoje da política desastrosa do Governo Federal que está fazendo

Curitiba, quinta, em 07.12.89

tudo para privatizar os setores que são produtivos.

Foi assim que aconteceu com a Mafersa, denunciada pelo nosso partido, que o Governo Federal teve que interromper os seus intentos. Foi assim que aconteceu com a Rede Ferroviária Federal, aonde sem o mínimo de vergonha o Governo Federal teve a capacidade de privatizar os trechos produtivos, aqueles que transportam minérios e aqueles que são deficitários, que continuou deixando para que os cofres públicos, que a conta dos contribuintes continue sustentando e pagando os setores improdutivos.

Não tenho a menor dúvida, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que no novo Governo da Frente Brasil Popular, que eu não tenho dúvida que o movimento Lula Presidente confirmará o que está sendo dito e o que está escrito no programa de Governo e na proposta da Frente Brasil Popular.

Precisamos uma intervenção responsável do Governo em todos os setores produtivos. O setor financeiro é um setor essencial à Nação e o BRDE, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós não temos a menor dúvida, temos que responsabilizar aqueles que irresponsavelmente levaram o BRDE à situação que está hoje. Financiar governos incompetentes e irresponsáveis, temos o exemplo do Prodoban que agora o nosso adversário nesta disputa não abre a boca, que levou o BRDE a essa situação de impasse. Queremos que a voz deste Parlamento, queremos que a voz da comunidade ansiosa neste momento do BRDE e direta ou indiretamente participe e vamos reativar esse instrumento que tem provocado com grande honradez o desenvolvimento da agricultura, fabricando progresso na Região Sul do País. As empresas estatais, as empresas públicas e aquelas que prestam serviço essencial terão que ter prioridade do novo Governo Federal. Essa luta que começa desde já será contemplada com as forças progressistas no Governo, as forças progressistas representadas hoje pela Frente Brasil Popular, pelo Movimento Lula Presidente, pelo PDT, pelo PSDB, pelos setores progressistas do PMDB, essa força assegurará no futuro de que o BRDE não será objeto de licitação para que seja vendido a meia dúzia de magnatas deste País ou lá de fora. É uma conquista da sociedade, é uma conquista da sociedade do Sul do Brasil que nós não podemos abrir mão.

Vamos suar a camisa e vamos lutar desde já, porque nós teremos vitória; a vitória da união, a vitória da consciência e a vitória dos políticos do Sul estarão representadas no futuro. A luta vale a pena e vamos começar desde já com brio e com ânimo.

Era isto, Senhor Presidente, era isto, Senhores Deputados e muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Orlando Pessuti com a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente nossas escusas aos nobres colegas Parlamentares e às demais pessoas que aqui comparecem, mas nós tínhamos um compromisso para hoje no interior do Paraná e nos deslocamos para lá de manhã e já estamos voltando. Fomos inaugurar algumas obras na nossa região de representação política, em conjunto com o Governador, o Secretário Heinz Secretário Delcino, Secretário Rubens, Deputado Artagão Mattos Leão, Antônio Costenaro Netto e Renato Adur. Mas chegamos a tempo ainda para, mesmo que de uma forma bastante singela e bastante rápida e já de antemão agradecendo a benevolência de S. Exa. o Presidente Anibal Khury, manifestar a nossa posição favorável ao movimento que hoje se desenvolve no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, liderado por nossa União Parlamentar Interestadual, visando o retorno às atividades do nosso Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, o BRDE. Nós já tivemos oportunidade de mesmo antes do seu fechamento pelo Banco Central de aqui nos manifestarmos a favor dessa instituição de fomento econômico, desta instituição que tantos e importantes serviços prestou ao Paraná, Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul.

Tivemos oportunidade de, numa outra ocasião já quando se iniciava este movimento pela reabertura ou pela federalização do Banco, nos manifestar ao lado do Deputado José Rogério e de outros Parlamentares, firmarmos documentos e iniciarmos esta movimentação que culminou com a entrada da UPI nesta briga em favor daquilo que é do Sul do País, daquilo que é nosso.

Portanto, se aqui não estivemos no começo, já dissemos as razões que nos levaram a estarmos ausentes desta sessão até o presente momento. Mas, em momento algum deixamos de estar ao lado do posicionamento daqueles que defendem o retorno das atividades do BRDE.

Queremos realmente que os outros estados e temos certeza que assim estão procedendo, engajem-se firmemente nesta luta, que todos nós Parlamentares, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, possamos sensibilizar os nossos colegas, Deputados Federais, nossos colegas Senadores, sensibilizar, enfim, o Governo Federal, que anda tão insensível aos reclamos da população, mas quem sabe nós conseguimos

sensibilizá-los e o BRDE retorne às suas atividades para satisfação de toda a sua equipe de trabalho, para o orgulho de todos nós paranaenses e para o engrandecimento do Sul do Brasil que perdeu uma de suas instituições mais valiosas que mais serviços prestou ao nosso Estado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - V. Exa. permite-me um aparte? (Assentimento).

Deputado Orlando Pessuti, só para informação dos Parlamentares e dos funcionários do BRDE, que V. Exa. foi conosco e que realizou um pronunciamento e que suscitou deste pronunciamento a nossa viagem até Florianópolis num encontro com Deputados Estaduais daqueles Estados.

Reconhecidamente nós sabemos que V. Exa. tem sido sensível com o fomento ao cooperativismo, no setor produtivo nesta Casa, embasado nesses assuntos, daquele seu pronunciamento que nós fizemos o documento, o que gerou aquela reunião em Florianópolis.

Então, para conhecimento e informação de todos aqueles que sabem que sua pessoa é importante nesta comissão, no encaminhamento dessa proposta da federalização do BRDE.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço a manifestação do Deputado José Rogério e ela nos permite que realmente a gente reflita em cima da real necessidade da volta do BRDE. Nós temos aqui, e conseguimos vislumbrar a presença do Presidente da Cooperativa Castrolândia, o Presidente da Cooperativa Wittmarsum e outros cooperativistas evidentemente que aqui comparecem, outras pessoas e outras entidades as quais a gente não consegue de pronto identificá-los. Mas a gente e muitos sabem também da importância que teve o BRDE no fomento ao cooperativismo no nosso Estado e no Sul do Brasil.

O cooperativismo do Paraná existe também - e evidente que não somente - do apoio que o BRDE emprestou a este segmento da economia brasileira. Nós conhecemos realmente e as cooperativas do Paraná e do Sul do Brasil conhecem e sabem da importância que era o BRDE no processo de financiamento, do desenvolvimento da nossa agropecuária, da nossa agroindústria, do nosso comércio.

Não queremos com isso evidentemente, ao buscarmos o retorno do BRDE, enfraquecer qualquer outra entidade que já exista no nosso Estado, seja de caráter comercial, ou de fomento, como é o co-irmão do BRDE, o nosso BADEP. Tanto é que neste Poder Legislativo, por ocasião da Assembléia Constituinte Estadual, tivemos a oportunidade de, ao lado de outros Constituintes

Estaduais, defender e no final vemos conquistada uma vitória grandiosa, que foi a destinação dos recursos gerados pelos "royalties", serem eles gerenciados pelo FDE que, por sua vez, é gerenciado pelo BADEP.

Em nenhum momento procuramos aqui, com o retorno do BRDE, enfraquecer o trabalho do BADEP. Mas, pelo contrário, entendemos que a somatória de forças, porque no nosso entendimento há a somatória, não existe a superposição, existe o paralelismo, existe a somatória de esforços, e isto é benéfico para o nosso Estado e isto é benéfico para o Sul do Brasil.

É por isto que naquela ocasião defendemos o BADEP, no momento dos "royalties". É por isto que ontem, anteontem, hoje e amanhã, continuaremos a defender o retorno do BRDE, porque entendemos ser necessária a sua volta. Porque entendemos ser necessário o serviço que ele presta a todo o segmento econômico e social do nosso Estado.

Portanto, Srs. Parlamentares, fica aqui registrado mais uma vez o nosso posicionamento de defesa desta causa, que entendemos ser justa, que entendemos ser perfeita, que entendemos ser meritória para o Sul do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Passamos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 185/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede Gratificação de Responsabilidade Técnica. (Publ. no D.A. n° 66, de 8.8.89).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, da presente sessão, do Projeto de Lei n° 185/89. - Indeferido. O projeto está aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 329/89, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que concede a Alaíde Maria Brígido e outros, pensão mensal, conforme especificado. (Publ. no D.A. n° 102, de

20.11.89).

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 210/89, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que estabelece obrigatoriedade de registro dos estabelecimentos de hospedagem e congêneres. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 258/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, altera a redação do "caput" do artigo 2º, da Lei n° 7.568/82, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 298/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que institui a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, extingue a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) sessões, do Projeto de Lei n° 298/89. - Prejudicado.

Ainda sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões, do Projeto de Lei n° 298/89. - Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 03 (três) sessões o Projeto de Lei n° 298/89.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 345/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 87/89), que dá nova redação ao parágrafo 1º, do art. 3º, da Lei n° 7.257, de 30 de novembro de 1979, alterado pela Lei n° 7.812, de 29 de dezembro de 1983. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário, em n° de 20 (vinte), de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Nereu Carlos Massignan, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 02, AO PROJETO DE LEI N° 345/89

Inclua-se o seguinte parágrafo único ao Art. 2º do Projeto de Lei n° 345/89. Art. 2º ...

Parágrafo Único - o disposto no "ca-

put" deste artigo, aplica-se automaticamente aos percentuais previstos na Lei n° 8328 de 23 de junho de 1986.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) ANIBAL KHURY

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 03
Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 9.1.2, majorando para 200%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 04
Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 9.1.1, majorando para 400%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 05
Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 8.10, majorando para 300%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 06
Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 8.9., majorando para 300%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 07
Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 8.2.5.4, majorando para 2.500%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 08
Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 8.2.5.3, majorando para 1.800%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 09
Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 8.2.5.2, majorando para 600%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 10
Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 8.2.5.1, majorando para 500%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 11
Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 8.2.4.8, majorando para 1.500%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 12
Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 8.2.4.7, majorando para 800%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 13
Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 8.2.4.6, majorando para 400%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 14
Dê-se novo valor a alíquota que incide

na Classificação - 8.2.4.5, majorando para 250%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 15

Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 8.2.4.4, majorando para 200%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 16

Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 8.1.3.4, majorando para 100%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 17

Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 8.1.3.1, majorando para 600%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 18

Extinquir a alíquota que incide na Classificação - 6.2, tornando isento da Taxa de Segurança.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 19

Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 4.3.6, majorando para 500%.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 20

Dê-se novo valor a alíquota que incide na Classificação - 3.2.3, majorando para

Curitiba, quinta, em 07.12.89

100%.

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira, Irondi Pugliesi, Raul Lopes e Paulino José Delazeri.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 21

Inclua-se o seguinte artigo nos seguintes termos:

Art. - Ficam isentas as alíquotas que incidem nas classificações seguintes, até a data de 31 de dezembro de 1990:

- 1.3.1 - De identidade

- 1.3.2 - 2.ª via de cédula de identidade

- 1.3.3 - Retificação em geral."

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira.

Irondi Pugliesi.

Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

O projeto retornará à Comissão de Constituição e Justiça.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 50/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Laranjeiras do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Nova Laranjeiras. Com EMENDA SUBSTITUTIVA de Plenário. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 71/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, com vistas à criação do Município de Vila Alta, desmembrado do Município de Umuarama. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 226/88, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública o "Departamento Nacional Assistencial do Menor", de Serviço Social e Proteção ao Menor Carente, S.S.P.M.C. e Assistência Social ao Menor Carente, A.S.M.C., com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 79/88, de 09.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 226/88

PARECER:
De autoria do ilustre Deputado Eze-

guias Losso, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública o "DEPARTAMENTO NACIONAL ASSISTENCIAL DO MENOR", de Serviço Social e Proteção ao Menor Carente. A.S.M.C., com sede e foro nesta Capital

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI N° 226/88

P A R E C E R:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido parecer, o presente Projeto de Lei n° 226/88, de autoria do nobre Deputado EZEQUIAS LOSSO, que visa declarar de Utilidade Pública o "DEPARTAMENTO NACIONAL ASSISTENCIAL DO MENOR", de Serviço Social e Proteção ao Menor Carente, S.S.P.M.C., e Assistência Social ao Menor Carente, A.S.M.C.

Sob o ponto de vista de interesse desta Comissão de Defesa do Consumidor, nada temos a opor a normal tramitação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.12.89

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 14/89, de autoria do Deputado RAUL LOPES, criação de turma especial preparatória para estipular na Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.R.H. e C.E., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL apresentada pela C.C.J., por unanimidade. (Aprovado. (Public. no DA. n. 03, de 02.03.89)).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 014/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Raul Lopes, objetiva a criação de turmas especiais de 3.ª série do 2º grau, nos estabelecimentos oficiais de ensino, do Estado do Paraná, com a finalidade específica de melhor preparo dos alunos para os exames vestibulares.

CONSIDERAÇÕES:

A proposta, a nosso ver, não pode ter caráter genérico, nem obrigatório a todos os estabelecimentos de ensino de 2º grau. A proposição, assim como está colocada,

desvirtuaria a natureza do ensino de 2º grau, na sua dualidade: de preparar o aluno para o trabalho (profissionalização) e de preparo para estudos posteriores (faculdades).

A questão poderia ser proposta como uma abertura para os cursos de 2º grau, sendo que aqueles que se destinam a uma clientela voltada para a continuidade de estudos poderiam implantar no Curso de Educação Geral, com aprovação do Conselho Estadual de Educação, uma 3.ª Série que enfatize a preparação aos exames vestibulares. Nos demais, deve ser dimensionada a questão da profissionalização, sendo justificável e desejável que em determinados contextos se prepare o aluno para exercício imediato de uma ocupação, mediante cursos profissionalizantes, a nível de ensino médio.

Neste último caso, não se justifica a criação de turmas especiais de terceiras séries com vistas à preparação para exames vestibulares.

CONCLUSÃO:

Considerando o que foi exposto e os objetivos propostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei n. 14/89, nos termos de substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
GERNOTE KIRINUS
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 014/89
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R:

De autoria do Ilustre Deputado Raul Lopes, o plano de lei em tela visa a criação de Turma Especial Preparatória para vestibular na Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná.

Em sua forma inicial a medida em tela desvirtua a natureza do ensino de 2º grau, na sua dualidade, qual seja: o preparo do aluno para o trabalho (profissionalização) e o preparo para estudos posteriores, além de dar à questão uma conotação genérica e obrigatória a todos os estabelecimentos de ensino de 2º grau.

Neste sentido é que as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Recursos Humanos pronunciaram-se favoravelmente, mas na forma do substituto geral que acompanha a presente proposta.

Assim sendo, esta douta Comissão de Educação ao ser chamada a opinar, através de seu Relator, vem a fazê-lo seguindo o entendimento das Comissões supra citadas, pronunciando-se favoravelmente pela presente proposta.

Nestas condições, somos de parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 014/89 na forma do substitutivo geral.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.89.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI N° 014/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Parlamentar Raul Lopes, visa criar turma especial preparatória para vestibular na rede oficial de ensino do Estado do Paraná.

Na Douta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria veio receber parecer favorável, na forma de substitutivo geral.

A douta Comissão de Finanças teve o mesmo posicionamento favorável à aprovação do referido projeto de lei.

Chamada a opinar esta Comissão de Recursos Humanos, através de seu Relator, vem seguir o entendimento das doudas Comissões acima mencionadas.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação nos termos do substitutivo geral que acompanha a presente proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

NELSON VASCONCELLOS

Relator

COMISSÃO FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 014/89

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Raul Lopes, o projeto de lei em tela tem por finalidade a criação de turmas especiais de 3ª série de 2º grau, nos estabelecimentos oficiais de ensino, do Estado do Paraná, com o objetivo específico de melhor preparo dos alunos para os exames vestibulares.

De acordo com o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, a proposta veio a merecer APROVAÇÃO, mas na forma do substitutivo geral que o acompanha, visto que em sua colocação inicial ela desvirtua a natureza do ensino de 2º grau, na sua dualidade, qual seja: o preparo do aluno para o trabalho e o preparo para estudos posteriores. Além do que não pode apresentar um caráter genérico e obrigatório a todos os estabelecimentos de ensino de 2º grau.

Assim sendo, esta douta Comissão de

Curitiba, quinta, em 07.12.89

Finanças, chamada a opinar no aspecto que lhe compete, vem a seguir o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, em toda a sua extensão.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO nos termos do substitutivo geral que acompanha a presente proposta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18.05.89.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE

LEI N° 014/89

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a implantar turmas especiais de 3ª séries do 2º grau, em estabelecimentos de ensino público, com a finalidade específica de melhor preparo dos alunos para os exames vestibulares.

§ 1º - A implantação das séries preparatórias, que se refere este artigo, ocorrerá apenas em estabelecimentos em que, mediante estudos e levantamentos, se constate a existência de clientela interessada na continuidade de estudos a nível de 3º Grau.

§ 2º - A decisão por parte do estabelecimento de ensino, de implantar o 3º ano preparatório, deverá receber anuência da comunidade, através de pronunciamento dos pais.

Art. 2º - Fica autorizada a secretaria de Estado da Educação a firmar convênios com Associações de Pais e Mestres e outras entidades interessadas, bem como criar comissões ou outros órgãos que possibilitem a implantação dessa sistemática de ensino.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 231/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Estudos das Doenças do Fígado - FUNEF, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 81, de 19.09.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 231/89

P A R E C E R:

Autor: Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI

Em análise ao projeto ora apresentado,

sendo que não há princípio constitucional violado, nosso parecer é FAVORÁVEL à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 296/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que denomina de Pavilhão de Artes Industriais Professora JALILE BICHARA MACHADO, o Pavilhão do Centro de Artes Industriais Cajuru, pertencente ao Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 94, de 26.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 296/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Parlamentar Antônio Martins Annibelli, o presente plano de lei visa denominar Pavilhão do Centro de Artes Industriais Professora Jalile Bichara Machado, o pavilhão do Centro de Artes Industriais Cajuru, pertencente ao Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira.

O projeto de lei encontra-se em conformidade com os termos do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis e está de acordo com as demais normas vigentes. Além de que a medida nele contida é justa honraria a eminente figura da professora Jalila Bichara Machado, que dedicou toda a sua vida ao Magistério com total exclusividade e dedicação aos árduos deveres dele emanados.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontra qualquer óbice legal ou constitucional à matéria. Contudo falta na redação do projeto de lei a localização do mencionado colégio estadual, pelo que somos pelo parecer FAVORÁVEL, na forma da emenda substitutiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO

PROJETO DE LEI N° 296/89

P A R E C E R:

Art. 1° - Fica denominada Pavilhão do Centro de Artes Industriais Professora Jalile Bichara Machado o Pavilhão do Centro

de Artes Industriais Cajuru, pertencente ao Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira, sito nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoiamento:

Valderi Mendes Vilela, Antônio Costenaro Neto, José Afonso Júnior.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 335/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Fazenda Rio Grande, desmembrado do Município de Mandirituba, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 107, de 28.11.89).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 363/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 104/89), que autoriza do Poder Executivo a firmar escritura pública de revogação amigável da doação do imóvel "Caieira", sito em Guaratuba, feita à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR e a doar o referido imóvel ao Município de Guaratuba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 112, de 5.12.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 363/89

P A R E C E R:

A Mensagem Governamental n° 104/89 encaminhada à apreciação deste Poder o presente projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a firmar escritura pública de revogação amigável da doação do imóvel Caieira, sito em Guaratuba, feita à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR e a doar o referido imóvel ao Município de Guaratuba.

O presente plano de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que possa impedir a sua tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 75/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, com vistas à criação do Município de São José do Ivaí, desmembrado do Município de Santa Izabel do Ivaí. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 75/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de Plebiscito, com vistas à criação do Município de São José do Ivaí, desmembrado do Município de Santa Izabel do Ivaí, com as divisas seguintes:

"A divisa principia num marco de madeira de lei, encravado na Foz do Córrego Horácio, de onde segue pelo Córrego referido acima, e confrontando com os lotes 877 à 910 e 609 à 570, chega na nascente do Córrego Horácio; desse ponto segue pelo ramal 19, confrontando com o lote n° 570, até chegar no início do ramal 20, desse ponto segue pelo referido ramal, confrontando com os lotes n° 390 à 425, e chega na margem esquerda do Ribeirão Tamanduaeti, desse ponto segue pela margem do referido Ribeirão, até chegar na margem direita do Rio Ivaí, desse ponto segue pela margem do referido Rio, até chegar no marco encravado na Foz do Córrego Horácio, que é o ponto de partida do presente roteiro."

MEMORIAL DESCRITIVO DO QUADRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO:

Tem início no cruzamento da Rua Amazonas com a Avenida Mato Grosso - Rua Amazonas até a Rua Pará, Rua Pará até a Rua Rio Grande do Sul - Rio Grande do Sul até o início da quadra 18 - fundos dos lotes 14 a 1 da quadra 18 (inclusive), contornando o lote 1 da quadra 18 e pela lateral da quadra 10 (inclusive) até a Avenida Paraná - Avenida Paraná até a quadra 4, contornando a quadra 4 (inclusive) até a Rua São Paulo - Rua São Paulo até a Rua Bahia - Rua Bahia até o final do lote 1 quadra 1 (inclusive), contornando o lote 1 e pelos fundos dos lotes 1 a 8 da quadra 1 (inclusive), fundos dos lotes 1 a 4 da quadra 2 (inclusive), fundos dos lotes 1 a 6 da quadra 6 (inclusive), contornando o lote 6 da quadra 3 (inclusive), até a Rua São Paulo - Rua São Paulo até o final da quadra 9, contornando a quadra 9 pela lateral dos lotes 3 a 4 (inclusive) até a Avenida Mato Grosso - Avenida Mato Grosso até Rua Amazonas, ponto de partida do presente roteiro.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.12.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 76/89, oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Mu-

Curitiba, quinta, em 07.12.89

nicipio de Toledo, para que a população decida sobre a criação do Município de São Pedro do Iguaçu. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 76/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Toledo, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de São Pedro do Iguaçu.

Começa na Estrada de Rodagem que liga Marina a São José das Palmeiras da linha seca divisória entre os lotes rurais n°s 67 e 68 até a nascente do Córrego Arapongas, e por esta água abaixo até a sua foz no Rio Santa Quitéria ou Rio Central, confrontando por este lado com o Município de São José das Palmeiras; deste ponto segue pelo Rio Santa Quitéria ou Rio Central, águas acima até sua confluência com o Rio Correntoso, confrontando por este lado com o Município de Ouro Verde do Oeste; desta confluência segue pelo Rio Correntoso águas acima até a linha seca divisória dos lotes rurais ns. 4/17 e 19, da Gleba n. 2, da Colônia São Francisco, confrontando por este lado com os Municípios de Ouro Verde do Oeste e Toledo; deste ponto segue pela mencionada linha seca até a nascente do Arroio Tamoio, seguindo por este até a sua confluência com o Rio São Francisco, confrontando por este lado com o Município de Toledo, desta confluência segue pelo Rio São Francisco águas acima até a confluência com o Arroio do Rato; desta confluência segue pelo Arroio do Rato águas acima até a linha seca divisória do lote rural n. 23, também da Gleba n. 2 da Colônia São Francisco, e ainda pela linha seca divisória do lote rural n. 13, da Gleba n. 2, da mesma Colônia, cujo término da linha seca divisória é na margem direita do Arroio Separação, confrontando por este lado com o Município de Santa Tereza do Oeste; deste ponto segue pelo Arroio Separação águas abaixo até a confluência com o Rio Santa Quitéria ou Rio Central, confrontando por este lado com o Município de Santa Tereza do Oeste, desta confluência segue pelo Rio Santa Quitéria ou Rio Central águas acima, acima, até a linha divisória dos lotes rurais ns. 16 e 17, da Gleba n. 3 - Perímetro "B", da Colônia São Francisco com término na Estrada de Rodagem que liga São Judas Tadeu à Santa Tereza do Oeste, desta linha seca divisória mencionada segue pela referida estrada, no sentido de Santa Tereza do Oeste a São Judas Tadeu, até a linha seca divisória dos lotes rurais ns. 11 e 12, da Gleba n. 3 -

Perímetro "A" - da Colônia São Francisco, seguindo por esta linha seca divisória até o Arroio Vital Brasil; deste ponto segue pelo Arroio Vital Brasil águas abaixo até a linha seca divisória dos lotes rurais ns. 2, 3, 4 e 5, também da Gleba n. 3 - Perímetro A "A" - da Colônia São Francisco até o Rio São Francisco Falso Braço Norte, confrontando neste lado com o Município de Santa Tereza do Oeste; deste ponto segue pelo Rio São Francisco Falso Braço Norte, águas abaixo até a confluência com o Rio Romamana, confrontando por este lado com os Municípios de Santa Tereza do Oeste e Céu Azul, desta confluência segue pelo Rio São Francisco Falso Braço Norte até a divisa limítrofe por linha seca entre os Municípios de Céu Azul e Matelândia; desta divisa segue pelo Rio São Francisco Falso Braço Norte águas abaixo até a confluência com o Córrego Apepê, confrontando por este lado com os Municípios de Céu Azul e Matelândia; desta confluência segue pelo Córrego Apepê, águas acima até a sua nascente; desta nascente em diante segue pela linha seca divisória dos lotes rurais ns. 147 e 151, da Colônia "B" Santa Helena e Sol de Maio, até a Estrada de Rodagem que, liga Luz Marina a São José das Palmeiras, deste ponto em diante segue pela referida estrada no sentido São José das Palmeiras a Luz Marina, até a linha seca divisória dos lotes rurais ns. 67 e 68, ponto de partida, confrontando por este lado com o Município de São José das Palmeiras".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 335/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Sabino Campos, visa criar o Município de São Pedro do Iguaçu, sediado na localidade de São Pedro, com território desmembrado do Município de Toledo, e divisas que especifica.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa causar qualquer óbice à sua normal tramitação pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
HOMERO OGUIDO
Relator

Sobre a mesa, requerimento de n° 2849, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2853, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2969, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2852, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2868, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2871, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzato, com apoio do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2850, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n°s 2854, 2855, 2856, 2857, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n°s 2859, 2860, 2861, 2862, 2863, 2864, 2865, 2866, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2867, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2858, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2873, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2872, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência comunica ao Plenário a prorrogação do período legislativo ordinário da presente sessão legislativa até o dia vinte de dezembro de 1989, com fundamento nos dispositivos constitucionais contidos no parágrafo 2º, artigo 61, inciso II.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)

- ... Senhor Presidente, pelo que ouvi as sessões ordinárias ficam prorrogadas até o dia vinte. Entendo que deveríamos, então, ao invés de fazermos prorrogação, marcar sessões extraordinárias, mesmo porque há uma programação de final de ano. E já houve uma modificação do período ordinário para o dia 15 justamente para evitar esse tipo de afogamento em relação às festas natalinas.

Consulto à Presidência se seria possível substituir essa prorrogação por convocação de sessões extraordinárias e encerrarmos o período ordinário no dia 15.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

mantém a sua decisão e vai se reunir com as Lideranças, na sessão de segunda-feira, para decidir de acordo com as mesmas.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 226/88; 14, 231, 296, 346, 355 e 363/89, e dos Projetos de Resolução nºs 75 e 76/89.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 90/88; 186, 205, 257, 348, 364, 379 e 351/89, e do Projeto de Resolução nº 56/89.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
3ª Sessão Legislativa - 11ª Legislatura
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao sexto dia do mês de dezembro de um mil, novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Recursos Humanos, sob a presidência do Deputado Cândido Bastos. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 090/88, de autoria do Deputado Djalma de A. César. O Presidente avocou e relatou, pronunciando Parecer Favorável - Aprovado. 02) Projeto de Lei nº 135/87, de autoria do Deputado Antônio Belinati. O Relator Deputado Basílio Zanusso pronuncia Parecer Favorável - Aprovado. 03) Projeto de Lei nº 201/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. O Relator Deputado Basílio Zanusso pronuncia Parecer Favorável - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 195/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio. O Relator Deputado Eduardo Baggio pronuncia Parecer Contrário - Rejeitado. 05) Projeto de Lei nº 10/88 de autoria do Deputado Luiz Alborghetti. O Relator Deputado Eduardo Baggio pronuncia Parecer Favorável - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sylvana Zeballos, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 06.12.89.

(aa) DEPUTADO CÂNDIDO BASTOS - Presidente
SYLVANA ZEBALLOS - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA

11ª LEGISLATURA - 3ª Sessão Legislativa
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão de Agricultura sob a Presidência do Deputado Sabino Campos. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, com a seguinte ordem do dia.

- Discussão e votação do Projeto de Lei 060/89, oriundo da Mensagem Governamental nº 37/89.

- Relator: Deputado Orlando Pessuti.

Parecer: Favorável a aprovação.

Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado o Parecer por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 11.12.89.

(aa) SABINO CAMPOS - Presidente
RUBENS BREMER - Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N° 445/89

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

mandar pagar a partir de 05 de outubro de 1989, a LAURO GENTIO PORTUGAL TAVARES, ex-Deputado Estadual Constituinte de 1947, pensão mensal, correspondente a cinquenta por cento (50%) dos subsídios fixos dos Deputados Estaduais, de acordo com o Art. 246, da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.12.89.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
WERNER WANDERER
1° Secretário em exercício
PIRAJÁ FERREIRA
2° Secretário em exercício

DECRETO LEGISLATIVO N° 446/89

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

mandar pagar a partir de 05 de outubro de 1989, a JOSÉ MACHUCA, ex-Deputado Estadual Constituinte de 1947, pensão mensal, correspondente a cinquenta por cento (50%) dos subsídios fixos dos Deputados Estaduais, de acordo com o Art. 246, da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.12.89.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
WERNER WANDERER
1° Secretário em exercício
PIRAJÁ FERREIRA
2° Secretário em exercício

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 193/89

conceder, a funcionária DIMITRYA PIRIH MARRANHO, matrícula n° 138, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1989, a partir de 04 de dezembro do corrente ano.

(Protoc. n° 10.599).

PORTARIA N° 194/89

conceder, a funcionária DOROTI WOLKMER LINHARES, matrícula n° 088, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 04 de dezembro do corrente ano.

(Protoc. n° 10.492).

PORTARIA N° 195/89

conceder, a funcionária ODETE MULLER, matrícula n° 016, ocupante do cargo de Taquígrafo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1989, a partir de 04 de dezembro do corrente ano.

(Protoc. n° 10.560).

PORTARIA N° 196/89

conceder, ao funcionário JOGUIBE MANSUR, matrícula n° 312, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", do quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1989, a partir de 1° de dezembro do corrente ano.

(Protoc. n° 10.602).

PORTARIA N° 197/89

conceder, a funcionária IZAIR PEREIRA FLORES, matrícula n° 206, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1989, a partir de 1° de dezembro do corrente ano.

(Protoc. n° 10.940)

PORTARIA N° 198/89

conceder, ao funcionário GABRIEL LUI FRANCESCHI, matrícula n° 512, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1989, a partir de 1° de dezembro do corrente ano.

(Protoc. n° 10.598)

Gabinete da Diretoria Geral, 05.12.89.

PORTARIA N° 199/89

mandar contar, para efeito de aposentadoria nos termos da Lei n° 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n° 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de OLGA MARIA DA ROCHA ATHAYDE CAMAR-

pág. 28

GO, matrícula n° 295, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses e vinte e oito (28) dias, período compreendido entre 1° de novembro de 1962 e 28 de janeiro de 1963, conforme certidão em anexo, em que

Curitiba, quinta, em 07.12.89

prestou serviços em atividades regida pela Lei Federal n° 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n° 10.043)

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.12.89.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral